



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Processo: 025/2024: IMPUGNAÇÃO DE PARTIDA

Impugnante: VASCO DA GAMA SOCIEDADE ANÔNIMA DO
FUTEBOL

Entidade: FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO.

Parte Contrária: FLUMINENSE FOOTBALL CLUB

Trata-se de pedido de impugnação de partida proposta por VASCO DA GAMA SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL, válida pela 8ª (oitava) rodada do CAMPEONATO CARIOCA SÉRIE A 2024, realizada em 14 de fevereiro de 2024.

O Vasco da Gama SAF se baseia no artigo 84 do Código de Justiça Desportiva para apresentar a presente impugnação ao fundamento de inexistir, no CBJD, qualquer outra medida jurídica prevista no código desportivo para que seu direito seja resguardado, apta a conquistar a anulação da partida.

Alega, em síntese, que inúmeros erros de Direito foram praticados, DE FORMA SISTÊMICA, pela arbitragem e que os fatos apresentados e provas colacionados aos autos são extremamente



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

graves, pois dão conta de desconhecimento das regras do jogo pela arbitragem, que, *per si*, contaminam a integridade do resultado do confronto.

Aponta o impugnante vários erros que teriam sido cometidos pela arbitragem e alega que interpõe a presente impugnação de partida não apenas em sua defesa, mas do campeonato como um todo e da lisura das competições, pois os árbitros devem conhecer as regras do jogo.

Requer em sede de efeito suspensivo e liminar que sejam anulados todos os cartões vermelhos e amarelos atribuídos aos atletas do Vasco e revogadas todas as suspensões dos atletas que receberam cartões vermelhos na partida, para que possam jogar contra o Botafogo.

No mérito, pugna pela anulação da partida realizada entre as equipes do Fluminense FC/RJ e Vasco da Gama SAF/RJ, válida pela oitava rodada do CAMPEONATO CARIOCA SÉRIE A 2024, realizada em 14 de fevereiro de 2024. Por consequência, que seja determinada a nova disputa do confronto entre as equipes com equipe de arbitragem diversa da original; que todos os cartões atribuídos aos atletas de ambas equipes sejam anulados em definitivo; que um representante da FERJ seja intimado para falar nos autos e que sejam encaminhados os autos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

à douta Procuradoria Desportiva para que esta verifique a pertinência e conveniência para denúncia do árbitro BRUNO MOTA CORREIA, por eventual infração disciplinar.

É o Relatório. DECIDO.

A impugnação de partida é um procedimento especial e restrito, previsto no artigo 84 do CBJD, que vem sendo utilizado nas hipóteses em que entidades de prática desportiva entendem que foram prejudicadas pelas decisões tomadas pelas equipes de arbitragem.

O referido dispositivo legal permite o uso do instituto para os casos em que o impugnante vise a modificação ou a anulação da partida.

No caso em tela, o requerente visa tanto a modificação da partida, na medida em que persegue a cassação de decisões da arbitragem, quanto a própria anulação a partida com a realização de nova partida a ser agendada.

Dito isto, cumpre esclarecer que a medida é extrema e excepcional e somente pode ser concedida pela presidência, em sede liminar quando tratar-se de flagrante erro de direito perpetrado pela arbitragem e, ainda assim, com a devida cautela de APENAS se limitar



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

a não homologar o resultado e remeter o caso à dilação probatória, se for o caso, eis que as consequências são irreversíveis de uma anulação de partida, a nosso sentir.

Pois bem.

Assim, de acordo com o §2º do art. 84 do CBJD, a petição inicial será liminarmente indeferida pelo presidente do tribunal competente quando:

- I- manifestamente inepta;***
- II- manifesta a ilegitimidade da parte;***
- III- faltar condição exigida pelo Código para a iniciativa da impugnação.***

No caso em tela, indene de dúvida que falta condição exigida pelo código para iniciativa da impugnação.

O campeonato carioca, em curso, de 2024, tem uma peculiaridade. Em atenção especial ao seu compromisso com a transparência e imparcialidade, trabalhando sempre para o aperfeiçoamento dos profissionais de arbitragem, a Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro manteve a sua rotina em receber os clubes para ouvir as suas manifestações, desagrados e sugestões, na intenção



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

de fornecer, com base na regra, os subsídios técnicos à análise e esclarecimentos necessários às conclusões justas a respeito dos possíveis, alegados ou reais equívocos em decisões de árbitros, assistentes e VAR, de modo a que os erros, se existentes, não deixassem de ser reconhecidos ou afastados.

Essa prática da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro é de amplo conhecimento de todos e ainda foi veiculada na mídia e acompanhada por este tribunal.

Assim sendo, a fim de trazer mais lisura e transparência ao campeonato e até tentar mais uma forma de bloqueio à manipulação de resultados a Federação de Futebol do Rio de Janeiro contratou a empresa **GOOD GAME**, para fazer a análise técnica de decisões dos árbitros interpretadas como erros nos lances polêmicos, com o uso de complexos algoritmos de Inteligência Artificial para identificar as decisões da arbitragem.

O relatório da referida empresa, cujo trabalho é isento, independente e reconhecido internacionalmente, no jogo especificamente que se pretende anular, **aponta 102 situações de atuação do árbitro**, no clássico Fluminense 0 x 0 Vasco, **com apenas um erro de baixo impacto (uma falha de escanteio)**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Além disso, no final, o documento compara o resultado oficial e real da partida, sendo ambos 0 a 0 - **o que confirma que a arbitragem não interferiu no placar.**

Nesse sentido, confirmado está, com dados técnicos, que não houve erro de direito no caso, apto a ensejar a anulação da partida e permitir o uso do instituto da impugnação para ceifar do campeonato o clássico ocorrido na última quarta-feira.

Importa ressaltar que está à disposição dos clubes, assim como foi franqueado a este tribunal, o relatório cujo qual se faz referência nesta decisão, para análise dos dados e que serviram a embasar tecnicamente esta decisão.

Em que pese o brilhantismo dos advogados subscritores do pedido de impugnação de partida, seus argumentos não merecem prosperar. Não vislumbro, no presente caso, hipótese jurídica prevista no CBJD a ensejar o pleito do impugnante.

Ademais, a estabilidade e segurança jurídica das competições não podem ficar vulneráveis e o árbitro de campo é soberano para tomar as decisões em detrimento do VAR, além de ser o mais apto a sentir a “temperatura do jogo”.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Por essas razões, **indefiro liminarmente a petição inicial**
da ação de impugnação de partida.

Publique-se, Intime-se e Cumpra-se.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2024.

Renata Mansur Fernandes Bacelar

Presidente do TJD/RJ